

OBSERVATÓRIO ELEITORAL INTERNACIONAL

O “Observatório Eleitoral Internacional” é um projecto de investigação científica do CEJEA (Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais) e como tal financiado pela FCT, inserido na linha de investigação “Direito Público Transnacional” e no Grupo de Investigação “Direito Público e Teoria Política”. O coordenador do Projecto é o Doutor Manuel Monteiro e agrega presentemente 24 investigadores, sendo 5 investigadores integrados e 19 investigadores colaboradores (doutorandos, mestres, mestrandos, licenciados e finalistas dos cursos de Direito e de Relações Internacionais).

O projecto insere-se no domínio científico da Ciência Política e do Direito Constitucional, na área geral do Direito Eleitoral e Representação Política e cruza com as áreas específicas dos sistemas eleitorais, sistemas partidários e sistemas de governo.

A metodologia utilizada traduz-se na selecção dos actos eleitorais realizados nos Estados abaixo seleccionados e posterior investigação com particular incidência nos sistemas eleitorais e nos sistemas partidários com consulta de bibliografia temática. A metodologia de investigação valoriza o trabalho de grupo com a específica colaboração, sempre que possível, de investigadores dos Estados objecto de estudo.

Este projecto tem os seguintes objectivos:

1. Analisar, sob o ponto de vista da ciência política e dos estudos eleitorais (jurídicos ou políticos), as eleições, preferencialmente de âmbito nacional, que ocorrem em todo o Mundo (com destaque para a Europa, África de língua oficial portuguesa, América e Oceânia). Esta análise contemplará:
 - a) O enquadramento jurídico-constitucional, que regula cada um dos actos eleitorais observados.
 - b) A compreensão e explicação dos efeitos políticos, a nível nacional e internacional, dos resultados registados.
2. Iniciar uma estratégia de internacionalização que permita identificar redes de I&D (Universidades ou Institutos estrangeiros) com propósitos similares a este projecto de investigação, nomeadamente através da realização de Conferências internacionais, que promovam:
 - a) A reflexão sobre as condições do exercício da democracia, em cada um dos países analisados.
 - b) O estudo comparado dos sistemas eleitorais.
 - c) A análise comparativa dos efeitos provocados pela aplicação dos sistemas eleitorais estudados.
3. Estabelecer uma estratégia de divulgação dos resultados alcançados na revista POLIS e através da edição periódica de uma “Newsletter” editada em versão bilingue (Português/Inglês).
4. Reforçar a participação de estudantes (de licenciatura, mestrado ou doutoramento) nas actividades de investigação, potenciando o seu trabalho em parceria com Investigadores e Docentes.

O projecto analisará de forma sistemática as eleições de nível nacional (eleições legislativas ou presidenciais) e pontualmente eleições referendárias nos Estados abaixo indicados.

INTERNATIONAL ELECTORAL OBSERVATORY

The “International Electoral Observatory” is a scientific research project of CEJEA (Center for Legal, Economic and Environmental Studies) and as such financed by the FCT, under the research line “Transnational Public Law” and in the Research Group “Public Law and Political Theory”. The coordinator of the Project is Manuel Monteiro (PhD) and currently comprises 24 researchers, 5 of which are integrated researchers (PhD) and 19 collaborating researchers. The project is part of the scientific domain of Political Science and Constitutional Law, in the general area of Electoral Law and Political Representation intersecting with the specific areas of electoral systems, party systems and government systems. The methodology used is reflected in the selection of electoral acts carried out in the States selected below and the subsequent study of electoral systems and party systems with the support of thematic bibliography. The research methodology emphasizes group work with the specific collaboration, whenever possible, of researchers from the States under study.

This project has the following objectives:

1. To analyze the elections, from the point of view of political science and electoral studies (legal or political), preferably of national scope, which take place all over the world (with emphasis on Europe, Portuguese-speaking Africa, America and Oceania). This analysis will include:
 - a) The legal-constitutional framework, which of the observed electoral acts.
 - b) A comprehensive explanation on the political effects of registry results, at national and international level.
2. To initiate an internationalization strategy which allows the identification of R&D networks (Universities or foreign Institutes) with purposes similar to this research project, namely through the holding of international Conferences, which shall promote:
 - a) A reflection on the conditions for exercising democracy in each of the countries analyzed.
 - b) The comparative study of electoral systems.
 - c) The comparative analysis of the effects caused by the application of the studied electoral systems.
3. To establish a strategy for disseminating the results achieved through the POLIS journal and the periodic release of a “Newsletter” published in a bilingual version (Portuguese/English).
4. To strengthen the participation of students (undergraduate, masters or doctoral) in research activities, enhancing their work in partnership with researchers and professors.

The project will systematically analyze national-level elections (legislative or presidential elections) and occasionally referendum elections in the following States:

EUROPE

1. Albania
2. Germany
3. Austria
4. Belgium
5. Belarus
6. Bosnia and Herzegovina
7. Bulgaria
8. Cyprus
9. Croatia
10. Denmark
11. Slovakia
12. Slovenia
13. Spain
14. Estonia
15. Finland
16. France
17. Greece
18. Hungary

19. Ireland
20. Iceland
21. Italy
22. Latvia
23. Liechtenstein
24. Lithuania
25. Luxembourg
26. Northern Macedonia
27. Malta
28. Moldova
29. Montenegro
30. Norway
31. Netherlands
32. Poland
33. Portugal
34. United Kingdom
35. Czech Republic
36. Romania
37. Russia

38. Serbia
39. Sweden
40. Switzerland
41. Ukraine

AFRICA

1. South Africa
2. Angola
3. Algeria
4. Cape Verde
5. Guinea-Bissau
6. Morocco
7. Mozambique
8. Sao Tome and Principe

ASIA

1. South Korea
2. India
3. Israel

4. Japan
5. East Timor
6. Turkey

AMERICAS

1. Argentina
2. Bolivia
3. Brazil
4. Canada
5. Chile
6. USA
7. Mexico
8. Peru
9. Uruguay

OCEANIA

1. Australia
2. New Zealand

Sistemas Políticos dos Estados cujas eleições são estudadas no presente número da POLIS

Neste número da POLIS, o “Observatório Eleitoral Internacional” foi ao encontro das eleições realizadas em treze Estados, repartidos por quatro Continentes. Os quadros que se seguem, não pretendendo substituir a leitura das análises feitas, ajudam a compreender algumas das particularidades dos respectivos sistemas políticos. Identificando as Formas de Governo, os Sistemas de Governo, bem como os Sistemas Eleitorais que regulam as eleições para o Parlamento, para o Senado, e para o Presidente da República, estes quadros permitem também comparar, pelo menos sob o ponto de vista nominal, o que neste domínio caracteriza os países cujos actos eleitorais mereceram a nossa observação.

Quadro 1
Continente EUROPEU

ESTADO	Forma de Governo	Sistema de Governo ¹	Parlamento Sistema eleitoral	Senado ² Sistema eleitoral	Presidente ³ Sistema eleitoral
Alemanha	República	Parlamentarismo	- Proporcional personalizado, também indicado como sistema misto de pendor proporcional. - Combina o sistema maioritário a uma volta, com o sistema proporcional e o método Sainte-Laguë/Schepers. - Cláusula barreira de 5%, sem prejudicar os mandatos uninominais obtidos.	Não aplicável (n/a)	Não aplicável (n/a)
Bulgária	República	Parlamentarismo atípico	- Sistema eleitoral misto. - Para um total de 240 mandatos, 31 Deputados são eleitos usando o sistema <i>first-past-the-post</i> (FPTP) e 209 Deputados são eleitos pelo sistema eleitoral proporcional de lista fechada (método Hare-Niemeye). - Cláusula barreira, de 4%.	n/a	- Eleição em simultâneo, e em lista fechada, do Presidente e do Vice-Presidente. – Sistema eleitoral maioritário a duas voltas.
Islândia	República	Parlamentarismo atípico	- Proporcional, com voto preferencial e com mandatos de compensação. - Conversão dos votos em mandatos feita através do método de Hondt. - Cláusula barreira de 5%, para atribuição dos mandatos de compensação.	n/a	Maioritário a uma volta.
Moldávia	República	Semipresidencialismo	- Sistema eleitoral proporcional atípico, uma vez que admite candidaturas individuais independentes. - A conversão dos votos em mandatos, para as listas partidárias é feita através do método de Hondt. - Sistema maioritário, para os candidatos independentes que obtenham um mínimo de 2% dos votos. - Cláusula barreira de 5%, para partidos e de 7%, para coligação de partidos.	n/a	Maioritário a duas voltas.
Noruega	Monarquia constitucional	Parlamentarismo	- Proporcional, com voto preferencial e com mandatos de compensação. - Conversão dos votos em mandatos feita através do método de Saint-Lague modificado. - Cláusula barreira de 4%, para atribuição dos mandatos de compensação.	n/a	n/a
República Checa	República	Parlamentarismo	- Proporcional, com conversão dos votos em mandatos através do método quociente imperial. - Cláusula barreira de 5%.	- Sistema maioritário a duas voltas – círculos uninominais (renovação de 1/3 do Senado, a cada dois anos)	n/a
Rússia	República	Semipresidencialismo com claro pendor presidencial	- Sistema misto (maioritário e proporcional). - Círculos uninominais, com sistema maioritário a uma volta. - Círculo nacional proporcional, com conversão dos votos em mandatos, através do método do quociente da média mais alta. - Cláusula barreira de 5%, para atribuição dos mandatos pelo círculo proporcional.	n/a	Maioritário a duas voltas

1 A indicação dos sistemas de governo, obedecendo a critérios de natureza jurídico-formal, não dispensa que nos trabalhos a realizar se avalie a conformidade entre o que é nominal e o que é real.

2 Só se contemplam os Senados eleitos (ou com parte eleita), por sufrágio directo e universal.

3 Só se faz referência aos Presidentes da República eleitos, por sufrágio directo e universal.

Quadro 2
Continente AFRICANO

ESTADO	Forma de Governo	Sistema de Governo	Parlamento Sistema eleitoral	Senado Sistema eleitoral	Presidente Sistema eleitoral
Cabo Verde	República	Semipresidencialismo	- Proporcional, com conversão dos votos em mandatos feita através do método de Hondt.	n/a	Maioritário a duas voltas.
São Tomé e Príncipe	República	Semipresidencialismo	- Proporcional, com conversão dos votos em mandatos feita através do método de Hondt.	n/a	Maioritário a duas voltas.

Quadro 3
Continente AMERICANO

ESTADO	Forma de Governo	Sistema de Governo	Parlamento Sistema eleitoral	Senado Sistema eleitoral	Presidente Sistema eleitoral
Argentina	República	Presidencialista	- Eleições primárias obrigatórias e abertas, com cláusula barreira de 1,5%. - Proporcional, com conversão dos votos em mandatos feita através do método de Hondt. - Cláusula barreira de 3%, por círculo eleitoral.	Maioritário a uma volta	- Eleições primárias, obrigatórias e abertas. - Eleição em simultâneo, e em lista fechada, do Presidente e do Vice-Presidente. -Maioritário a duas voltas.
Canadá	Monarquia constitucional	Parlamentarismo	Maioritário a uma volta.	n/a	n/a
Chile	República	Presidencialista	- Proporcional, com voto preferencial, e com conversão dos votos em mandatos feita através do método de Hondt.	- Proporcional, com conversão dos votos em mandatos feita através do método de Hondt.	Maioritário a duas voltas.

Quadro 4
Continente ASIÁTICO

ESTADO	Forma de Governo	Sistema de Governo	Parlamento Sistema eleitoral	Senado Sistema eleitoral	Presidente Sistema eleitoral
Japão	Monarquia constitucional	Parlamentarismo	- Sistema misto (maioritário e proporcional). - Círculos uninominais, com sistema maioritário a uma volta; e círculo proporcional nacional, com conversão dos votos em mandatos feita através do método de Hondt.	- Sistema de representação proporcional. - Círculo proporcional nacional, com eleição em lista semi-aberta (é possível aos eleitores votarem preferencialmente em certos candidatos, mas os partidos podem priorizar alguns candidatos, que serão eleitos em primeiro lugar).	n/a

In this issue of POLIS, the “International Electoral Observatory” took part in elections held in thirteen states, spread over four continents. The charts that follow, are not intended to replace the reading of the analyses but to help understand some of the particularities of the respective political systems. By identifying the Forms of Government, the Government systems, as well as the Electoral Systems that regulate the elections for the Parliament, the Senate, and the President of the Republic, these charts also make it possible to compare, at least from a nominal point of view, which in this field characterizes the countries whose electoral acts have received our observation.

Table 1
European Continent

STATE	Form of government	Government system ¹	Parliament Electoral System	Senate ² Electoral System	President ³ Electoral System
Germany	Republic	Parliamentarism	- Personalized proportional system, also designated as a mixed system with proportional inclination. - It combines the majority system with one round, with the proportional system and the Sainte-Laguë/Schepers method. - Barrier clause of 5%, without prejudice to the single-member mandates obtained.	Not applicable (n/a)	Not applicable (n/a)
Bulgaria	Republic	Atypical parliamentarism	- Mixed electoral system. - For a total of 240 mandates, 31 Members of Parliament are elected using the first-past-the-post (FPTP) system and 209 MP's are elected by the closed-list proportional electoral system (Hare-Niemeye method). - Barrier clause of 4%.	n/a	Simultaneous election, on a closed list, of the President and Vice President. – Two-round majority electoral system.
Iceland	Republic	Atypical parliamentarism	- Proportional system, with preferential vote and with mandates of compensation. - Conversion of votes into mandates using the d'Hondt method. - Barrier clause of 5%, for the allocation of compensation mandates.	n/a	Majority System with one round
Moldova	Republic	Semi-presidentialism	- Atypical proportional electoral system, as it admits independent individual candidates. - The conversion of votes into seats for party lists is done using the d'Hondt method. - Majority system, for independent candidates who obtain a minimum of 2% of the votes. - Barrier clause of 5% for parties and 7% for coalitions of parties.	n/a	Two-Round majority system
Norway	Constitutional monarchy	Parliamentarism	- Proportional, with preferential vote and with mandates of compensation. - Conversion of votes into mandates made using the modified Saint-Lague method. - 4% barrier clause, for the allocation of compensation mandates.	n/a	n/a
Czech Republic	Republic	Parliamentarism	- Proportional System, with the conversion of votes into mandates using the imperial quotient method. - Barrier Clause of 5%.	- Two-round majority system – single-member constituencies (renewal of 1/3 of the Senate, every two years)	n/a
Russia	Republic	Semi-presidentialism with clear presidential leanings	- Mixed system (majority and proportional). - Single-member circles, with a majority system at one turn. - Proportional national constituency, with conversion of votes into mandates, using the highest average quotient method. - Barrier clause of 5%, for attribution of mandates by the proportional circle.	n/a	Two-Round majority system

1 The indication of the government systems, in accordance with criteria of a juridical-formal nature, does not exempt that the work to be carried out must assess the conformity between what is nominal and what is real.

2 Only elected Senates are contemplated (or with an elected part), by direct and universal suffrage.

3 Only the elected Presidents of the Republic, by direct and universal suffrage, are referred to.

Table 2
African Continent

STATE	Form of government	Government system	Parliament Electoral System	Senate Electoral System	President Electoral System
Cape Verde	Republic	Semi-presidentialism	- Proportional System, with conversion of votes into mandates made through the method of d'Hondt.	n/a	M Two-Round majority system
São Tomé and Príncipe	Republic	Semi-presidentialism	- Proportional System, with conversion of votes into mandates made through the method of d'Hondt.	n/a	Two-Round majority system

Table 3
American Continent

STATE	Form of government	Government system	Parliament Electoral System	Senate Electoral System	President Electoral System
Argentina	Republic	Presidential	- Mandatory and open primary elections, with a 1.5% barrier clause. - Proportional System, with conversion of votes into mandates made using the d'Hondt method. - Barrier clause of 3%, per constituency.	Majority System with one round	- Primary, mandatory and open elections. - Simultaneous and closed-list election of the President and Vice-President. - Two-Round majority system
Canada	Constitutional monarchy	Parliamentarism	Majority System with one round	n/a	n/a
Chile	Republic	Presidential	- Proportional system, with preferential vote, and with conversion of votes into mandates made using the d'Hondt method.	- Proportional System, with conversion of votes into mandates made using the d'Hondt method.	Two-Round majority system

Table 4
Asian Continent

STATE	Form of government	Government system	Parliament Electoral System	Senate Electoral System	President Electoral System
Japan	Constitutional monarchy	Parliamentarism	- Mixed system (majority and proportional). - Single-member constituencies, with a majority system at one turn; and national proportional constituency, with conversion of votes into mandates using the d'Hondt method.	- Proportional representation system. - National proportional constituency, with semi-open list election (it is possible for voters to vote preferentially for certain candidates, but political parties can prioritize some candidates, who will be elected first).	n/a